

Qualidade de Vida

Reflexões e Debates em Torno de um Conceito¹

Teresa Costa Pinto*

Resumo: O presente ensaio pretende ser uma reflexão em torno do conceito de qualidade de vida procurando situar, em primeiro lugar, o contexto sociopolítico de desenvolvimento do tema da qualidade de vida para, num segundo momento, ressaltar os debates que hoje, como de resto, desde a sua emergência, atravessam a discussão sobre esta problemática. Assim, foca-se a clivagem fundamental entre as abordagens “objectivas” e “subjectivas”, apresentando-se os argumentos pro e contra em relação a cada uma delas para se concluir da necessidade, hoje quase consensual, de ultrapassar esta dicotomia. Outro dos debates aqui referido tem a ver com uma conceptualização da problemática da qualidade de vida a partir de uma “teoria das necessidades” ou de uma “teoria dos recursos” enfatizando-se as consequências, quer no plano analítico, quer no metodológico, de uma ou outra opção. Finalmente, este ensaio termina por fazer uma referência ao contexto actual de reemergência da problemática em questão que introduz a discussão sobre o plano a que dizem respeito as investigações actuais sobre qualidade de vida no âmbito de programas de monitorização estritamente articulados com as políticas públicas: trata-se de qualidade de vida dos indivíduos ou das sociedades?²

Palavras chave: qualidade de vida; qualidade de vida urbana; sistemas de indicadores sociais; bem-estar subjectivo; condições de vida.

Contexto de Emergência de Investigações sobre Qualidade de Vida

O Contexto Sociopolítico de Desenvolvimento do Tema da Qualidade de Vida

O tema da qualidade de vida tem uma história relativamente recente (a vulgarização da sua expressão ocorre nos últimos vinte e cinco anos), desenvolvendo-se fora do âmbito académico, mas num contexto societal dominado pela crescente visibilidade dos efeitos perversos de um desenvolvimento industrial que coloca no centro dos debates a preocupação com os desequilíbrios económicos, a contaminação ambiental, a deterioração das condições de vida e as assimetrias de crescimento entre os povos.

Do ponto de vista da investigação em qualidade de vida, esta desenvolve-se na década de sessenta, num contexto social favorável, dominado pelas seguintes preocupações:

- críticas crescentes ao modelo que associa linearmente crescimento económico/desenvolvimento/bem-estar; modelo que tem as suas origens no *desenvolvimentismo* ocidental do pós-guerra mas que proporciona agora consciência das consequências não desejadas. Critica-se a sociedade da opulência (Galbraith), denuncia-se o mal-estar da “sociedade da abundância” (Riesman) e o perigo do “homem unidimensional” (Marcuse), aprofundando-se os riscos de um desenvolvimento económico sem limites enquanto se questiona o modelo da “cultura ocidental moderna” (Escola de Frankfurt);

* Docente do ISCTE, Investigadora do CET. Contacto: teresa.pinto@iscte.pt

¹ Este ensaio resulta de uma adaptação de um dos capítulos do enquadramento teórico-conceitual da Tese de Doutoramento da autora, intitulada, *Qualidade de Vida na Área Metropolitana de Lisboa: experiências e realidades*, a ser apresentada em 2005.

² Toda as referências bibliográficas contidas neste ensaio estão incluídas na rubrica “bibliografias” publicada neste número.

- neste contexto de crítica, surgem por demais evidentes as assimetrias provocadas por este modelo de desenvolvimento que deixa de fora muitos países com baixos níveis de desenvolvimento, o que é especialmente utilizado pela ONU quando pretende repensar as formas de intervenção em prol de um desenvolvimento mais sustentado;
- esta preocupação pelo desenvolvimento que se considera já como distinto do crescimento económico conduz a uma necessidade acrescida de medir empiricamente o desenvolvimento e de encontrar dados não apenas quantitativos e de ordem económica (como tinham sido as medidas económicas em torno da contabilidade do PNB), mas qualitativos e de ordem social que dêem conta da multiplicidade e complexidade das dimensões do bem-estar; é, justamente, no contexto desta discussão que começam a questionar-se as dimensões quantitativas e qualitativas do conceito de qualidade de vida;
- Estas preocupações vão de par com a necessidade de dar conta das complexas mudanças sociais, não só no sentido de as entender como de apontar tendências futuras para melhorar a capacidade de previsão e, assim, aumentar as possibilidades de um melhor conhecimento para um melhor controle societal;
- O Estado do Bem-Estar, à medida que recorre à planificação e à avaliação de políticas de desenvolvimento económico e social, tem cada vez mais necessidade de produzir e de dispor de instrumentos de conhecimento e de diagnóstico dos problemas e das necessidades sociais para mais fácil e correctamente actuar.

Desta forma, estamos perante um contexto propício a uma corrente de investigação que recolhe e prepara a informação social através da medida dos diversos aspectos da vida social e as suas interrelações com o propósito da melhoria e transformação das condições sociais. Não é, pois, de estranhar que os primeiros estudos sobre qualidade de vida acompanhem de perto as investigações interessadas no bem-estar e nas possibilidades de o medir e concretizar: “o desejo de reflectir e medir a qualidade de vida responde à ideia que, por

diversas razões, em formas e graus distintos, a qualidade de vida dos indivíduos é insuficiente e que, por sua vez, a qualidade de vida pode melhorar” (Sétien, 1993:XVIII).

A Qualidade De Vida Como Objecto Científico: Qualidade de Vida e Sistemas de Indicadores Sociais

A preocupação sobre a qualidade de vida não é obviamente tão recente quanto o interesse em este tema ser convertido em objecto de estudo de várias ciências. Desde sempre que historiadores, antropólogos, economistas, psicólogos, etc., se preocuparam em definir os níveis de bem-estar das populações e em conhecer os mecanismos que promovem a sua melhoria. Em sociologia, a expressão *Qualidade de Vida*³ não aparece com esta denominação até aos anos setenta e o interesse e os estudos sobre este tema desenvolveram-se com a preocupação do bem-estar relacionada com a forma de o medir, ainda que estes estudos tenham dado origem a conceitos, enquadramentos teóricos e pressupostos metodológicos assaz diferentes.

Independentemente da orientação teórica e do modelo de abordagem, a investigação sobre qualidade de vida é devedora do contexto atrás referido de preocupação pelo bem-estar, de crítica aos efeitos perversos de um modelo desenvolvimentista assente no crescimento económico e do interesse pela medição dos fenómenos sociais, para melhor se poderem introduzir reformas sociais. Desta forma, a investigação em qualidade de vida nasce intimamente ligada a uma sociologia positivista, aplicada e de carácter normativo, acompanhando de muito perto a história dos indicadores sociais. Como faz lembrar Sétien, “a investigação em qualidade de vida nasce intimamente ligada à dos indicadores sociais (...) e os estudos neste campo, tendem a centrar-se na qualidade do funcionamento societal, para mostrar e medir a gravidade dos problemas sociais, com o fim de permitir a elaboração de reformas destinadas a melhorá-los” (Sétien, 1993:XXI).

O *Movimento dos Indicadores Sociais* conhece uma forte expansão nos Estados Unidos nos anos

³ Apenas em 1974 se publica uma revista especializada: *Social Indicators Research. An International and Interdisciplinary Journal of Quality-of-Life Measurement* e só em 1979 a *Sociological Abstracts* dedica uma parte específica no seu índice à qualidade de vida.

sessenta, contextualizado por um clima mundial de necessidade de conhecimento e informação sobre uma grande variedade de áreas possíveis para a construção de indicadores de bem-estar socioeconómico que revelem, ao mesmo tempo, a eficácia ou a falência das políticas sociais.

Talvez que a origem comum da investigação em qualidade de vida e do *Movimento dos Indicadores Sociais* lhe tenha conferido a inevitável especificidade nos objectivos e nos modos de abordagem. Se o seu objectivo comum começou por ser a medição da transformação social, o desenvolvimento ocorrido, tendo em conta os diversos elementos sociais, políticos, psicológicos, culturais que haviam sido postos de parte pela análise economicista, mostrando as diferentes dimensões da vida e tentando produzir uma avaliação do seu sentido, também o modelo de abordagem tende à unidade, marcado pela preocupação pela medida, pela quantificação das boas e das más condições de vida e da mudança societal. É neste sentido que Sétien refere que “A tarefa de medir e reflectir sobre a qualidade de vida move-se, portanto, no contexto da sociologia aplicada e enquadra-se na preocupação da ciência sociológica pelo desenvolvimento, por um lado, pelo bem-estar, por outro pelo seu interesse na medição dos fenómenos sociais” (Sétien, 1993:XXIII).

Este objectivo comum não impediu que se tenham produzido correntes de pensamento diversas, distintos paradigmas no estudo da qualidade de vida que orientam a investigação, definem os conceitos, o modelo de interpretação, a metodologia e a utilização dos indicadores sociais. Basta pensar como a análise da mudança societal dirigida para a melhoria do bem-estar atraiu o interesse dos sociólogos que desenvolveram investigações bem diversas, invocando conceitos aparentados como o de “*estilos de vida*”, numa tentativa de dar resposta a problemas teóricos da investigação do bem-estar, ou o de “*modos de vida*” incorporando os padrões de vida condicionados por factores objectivos (históricos, culturais, económicos ou sociais)⁴.

Estas diferentes formas de abordar e conceptualizar a qualidade de vida progressivamente

vai instalando uma tentativa de separação e delimitação entre investigação Sobre Indicadores Sociais e investigação em Qualidade de Vida. Enquanto a primeira tenderia a centrar-se na mudança social, a segunda interessar-se-ia pelo resultado, ou seja, como reflexo dos efeitos pretendidos pelas políticas e programas sociais. Salomon (1980) estabelece também diferenças entre ambos os campos de investigação, embora reconheça a importância dos indicadores sociais para os estudos da qualidade de vida. A diferença fundamental estaria no tipo de indicadores utilizados (a investigação em Indicadores Sociais utilizaria predominantemente indicadores de tipo objectivo, enquanto que a que se ocupa da Qualidade de Vida utilizaria tanto indicadores objectivos como subjectivos); na utilização dos indicadores para a análise (a primeira estabelece baterias numéricas para as diversas áreas da vida, analisando-as separadamente, enquanto a segunda tenta analisar a qualidade de vida como um sistema integrado de variáveis interatuantes); na orientação dos estudos (a primeira está predominantemente orientada para o presente, descrevendo uma dada situação, a segunda está simultaneamente orientada para o passado, o presente e o futuro).

O estabelecimento de diferenças e semelhanças está longe de ser consensual entre os autores, até porque muitos trabalham em ambos os campos de investigação. Poderemos, eventualmente, aceitar a proposta de Sétien (1993) quando prefere estabelecer aquilo que claramente diferencia e une os dois tipos de investigação: “Talvez a única diferença mais visível poderia encontrar-se no facto de o campo dos indicadores sociais se inclinar mais para um aprofundamento metodológico, enquanto que o campo da qualidade de vida tenta chegar a interpretações sociológicas de dados de tipo mais globalizante, baseando-se para isso nos indicadores sociais”. Contudo, três intenções principais se observam em uns e outros trabalhos: o desejo de reflectir as mudanças sociais, a informação social e a utilidade para as políticas públicas; logo, encontramos um interesse pelo passado, presente e futuro em alguns trabalhos, sejam de Indicadores

⁴ Para uma sistematização desta diversidade de orientações e de procedimentos metodológicos consulte-se Sétien, M. L., 1993, onde a autora distingue quatro períodos que permitem entender a evolução do conceito de qualidade de vida enquadrados em paradigmas distintos: o paradigma Estatístico, o Normativista e o da Mudança Social que privilegiam uma abordagem quantitativa através da adopção de indicadores de tipo objectivo e, por fim, o Culturalista muito mais centrado nos indicadores de tipo perceptivo e valorizando os elementos subjectivos e qualitativos.

Sociais, sejam de Qualidade de Vida” (Sétien, 1993: 35).

Esta valorização das componentes específicas da qualidade de vida, sobretudo nas suas dimensões subjectivas, não obsteu a que, a partir de meados da década de 70, se multiplique a lista de informações nacionais e internacionais seguindo preferentemente os paradigmas “estatístico” e “normativista”. Mas também é verdade que, nos anos mais recentes, se tenta mesclar paradigmas, observando a preocupação de construir Sistemas de Indicadores Sociais baseando-se numa combinação de dados subjectivos e objectivos, estudando as suas inter-relações e eventuais discrepâncias ou não correspondências⁵.

A utilização predominante de um ou outro tipo de indicadores não esconde outra característica deste período mais recente: a coexistência de uma tendência orientada para trabalhos *macro*, em que o interesse se centra mais sobre o sistema e a estrutura social e em que o nível de vida e bem-estar se reflecte por médias nacionais e outra que segue uma micro-orientação e que se interessa pela qualidade de vida dos indivíduos, utilizando inquéritos de opinião com o objectivo de avaliar não só a sua situação como a sua evolução.

As etapas de que aqui, resumidamente, demos conta na investigação em Qualidade de Vida, são susceptíveis de nos demonstrar, desde já, os diferentes enquadramentos teóricos e os instrumentos metodológicos que operacionalizam os trabalhos empíricos subjacentes a cada corrente e a cada época histórica que aprofundaremos no segundo ponto deste ensaio.

A Emergência do Conceito de Qualidade de Vida Urbana: Crescimento Urbano, Mentalidades e Políticas Públicas

A emergência de investigações que tomam como objecto a Qualidade de Vida Urbana tem ainda uma história mais recente ao mesmo tempo que um número de estudos bastante mais limitado.

O interesse pela qualidade de vida urbana desenvolve-se num contexto que cruza o cresci-

mento urbano massivo e desordenado, a consciência pública sobre os efeitos desse crescimento e a preocupação dos Estados ao porem em marcha políticas públicas para melhorar a qualidade de vida nas cidades.

Os anos sessenta conheceram um forte crescimento urbano, com o aumento explosivo da população urbana que ocupa progressivamente as periferias das grandes cidades. Mas tal ocupação faz-se à custa de uma deficiente qualidade do espaço, marcada pela ausência de equipamento, pelas más condições do alojamento, pela falta de planeamento urbano, por desfazamentos espaciais e temporais cada vez maiores entre habitação, trabalho, lazeres e consumos. Simultaneamente, a cidade é o lugar de confluência de todos os modos de vida, o que não deixa de se fazer acompanhar de uma deterioração da imagem da cidade, de um crescendo de sentimentos de insegurança, de isolamento, de consciência sobre o agravamento das condições ambientais. As transformações nas condições da vida urbana criam progressivamente uma sensação de “*mal de vivre en ville*” que teve reflexos nas aspirações a condições de vida diferentes, precursoras, em alguns casos, de movimentos por uma melhor qualidade de vida urbana.

Por outro lado, os anos sessenta conheceram um aumento substancial do nível de vida (pelo menos na maior parte dos países europeus). O aumento dos salários e dos consumos atinge fatias significativas da população, o que modifica as mentalidades e os estilos de vida. Esta elevação do nível de vida está na origem de uma uniformidade crescente das condições de vida, já que permite o acesso de quase toda a população a um certo número de bens que anteriormente simbolizavam um determinado “*standard*” de vida. A melhoria das condições materiais acompanha a elevação do nível de formação dos indivíduos, o que, conjugadamente, produz uma alteração na natureza das aspirações e na percepção das condições de vida: satisfazer uma necessidade de base como o alojamento já não basta, é necessário que seja satisfeita em melhores condições de qualidade.

Novas sensibilidades, estilos de vida, aspirações e exigências particulares produzem um apelo à qualidade, à procura de melhores condições de

⁵ É o caso dos trabalhos de Zapf, W., 1987, Michalos, A., 1980-82, Allardt, E., 1993, Veenhoven, R, 2000, 20003

vida. Como faz notar Tobelem-Zanim, “da contradição entre a elevação do nível de vida e os problemas colocados pela vida urbana, nasce uma nova preocupação, a da qualidade de vida.” (1995:37).

O conceito de qualidade de vida urbana desenvolveu-se, como de resto, o da própria qualidade de vida, como um *efeito de consciência*, das consequências não desejadas provocadas pelo desenvolvimento económico, pela industrialização incontrolada e pelo crescimento caótico das cidades; consciência que só é permitida pela melhoria dos níveis de vida e de formação. Tem, assim, origem, numa alteração das mentalidades e dos modos de vida que se traduz numa valorização das condições que proporcionam um aumento da qualidade de vida. E se as preocupações com a qualidade de vida, com o bem-estar se restringiram, numa primeira fase, às categorias mais elevadas, rapidamente se estenderam a categorias mais populares que começam a fazer reivindicações nessa matéria.

Tornando-se popular, a procura de soluções contra o “*mal de vivre en ville*”, de melhores condições de vida, de melhoramento do quadro de vida urbano, de protecção ambiental, rapidamente foi incorporado como vocabulário usual de intelectuais, técnicos e especialistas, bem como se tornou discussão frequente em artigos de jornal, reportagens televisivas, etc. Este foi o passo necessário para o conceito de qualidade de vida ser incorporado no discurso e nas práticas políticas. O ano de 1970 marca, em França, o ponto de partida em matéria de protecção ambiental e de luta contra a poluição urbana, reflexo de que este problema tinha entrado na vida pública como debate e jogo político.

A tomada de consciência e, sobretudo, a interiorização da ideia de qualidade de vida fez-se espaçadamente no tempo. Até ao fim dos anos 60, os discursos permaneciam vagos e os objectivos qualitativos das políticas urbanas apareciam como periféricos ou marginais. Só a partir do início da década de 70, informações, estudos sobre as condições de vida urbanas, a protecção do meio ambiente, discursos políticos se multiplicam tendo como tema dominante a qualidade ambiental e do quadro de vida urbana dos indivíduos.

A evolução económica, mas também a das mentalidades, aspirações e estilos de vida contribuíram fortemente para criar um clima de debate sobre as condições de vida e a qualidade de vida,

sobretudo nas cidades, o que, num efeito de generalização, acabou por ter reflexos na orientação das preocupações políticas em relação aos problemas de protecção, salvaguarda, melhoramento do meio ambiente e das condições de vida urbana. Tal contexto favoreceu não só os debates sobre estes temas, mas orientou pesquisas, programas de acção e, sobretudo, recolocou no centro das atenções, o conceito de qualidade de vida.

As Abordagens Sociológicas da Qualidade de Vida: Modelos Conceptuais e Tratamentos Empíricos

O(s) Sentido(s) Do Conceito de Qualidade de Vida

A expressão *Qualidade de Vida* é, hoje, tão correntemente empregue, que se, porventura, algum significado preciso teve, perdeu-o na multiplicidade de sentidos, de utilizações, de contextos em que é empregue. Tal facto representa uma razão acrescida para nos empenharmos na delimitação do seu significado, precisando as suas dimensões e componentes e tentando aprofundar o seu sentido e a sua pertinência sociológicos.

Michelle Durand (1980:103) sustenta a tese de que o sentido sociológico do termo *Qualidade de Vida* deriva do próprio contexto em que emerge e se desenvolve, o que é, por si próprio, um fenómeno social. Por outras palavras, a origem da expressão *Qualidade de Vida* provém de um fenómeno de consciência: a consciência das consequências não desejadas provocadas pelo desenvolvimento económico e pela industrialização incontrolada.

De facto, o termo *Qualidade de Vida*, como já tínhamos feito referência, não surge no contexto académico, mas difunde-se e ganha popularidade como questionamento de um modelo de crescimento e de desenvolvimento industrial, adquire importância social pela percepção das ameaças que esse modelo introduz e chega a representar um movimento “alternativo” quando, questionando este modelo de crescimento, sugere desenvolvimentos qualitativos diferentes sobre os objectivos e modos de organização social. Podemos dizer que adquire, assim, um sentido e um conteúdo políticos.

Talvez que em virtude deste contexto de emergência, o termo se tenha prestado a uma grande

ambiguidade e pluralidade de sentidos, ganhando em abstracção, complexidade, multidimensionalidade e proximidade a um universo ideológico, associado a críticas e a contestações que o termo envolve em relação ao modelo de organização da sociedade contemporânea.

A imprecisão do conceito, as suas características de abstracção e multidimensionalidade colocam, mesmo no campo sociológico, problemas de definição e de utilização num sentido concreto e objectivo. Trata-se de um conceito que não reúne consenso, cuja referência é sempre subjectiva e susceptível de recobrir uma multiplicidade de significados e termos muito heterogéneos. Daí que o conceito de qualidade de vida apareça frequentemente associado, umas vezes, confundido, outras, com termos como *bem-estar*, *felicidade*, *condições de vida* ou mesmo *níveis de vida*. Outras vezes, as definições propostas não passam de uma lista exaustiva de variáveis ou de indicadores definidos como *objectivos* se oriundos de dados estatísticos, ou *subjectivos* se provêm de questionários aos indivíduos, tendo, de algum modo, como referência a descrição de um nível qualquer de qualidade de vida correspondente a uma caracterização de condições, de recursos, de necessidades ou carências dos indivíduos ou dos grupos.

Não sendo objectivo do presente ensaio discutir os pressupostos, os fundamentos e os modelos de abordagem que envolve a conotação do conceito de qualidade de vida a cada um destes significados e definições, mas apresentar, como foi referido, os principais debates que atravessam hoje, como de resto, desde o contexto do seu aparecimento, a problemática da definição e da medida da qualidade de vida, serve esta introdução para mostrar como o conceito é complexo e multidimensional; como está sujeito aos mais variados enquadramentos teóricos e marcos conceptuais, reunindo muitas divergências e muito poucos consensos. Contudo, algumas dimensões mais consensuadas e consolidadas ao longo da curta história do conceito, é possível reter:

- a qualidade de vida é um conceito que recobre uma grande variedade de componentes e áreas, que ultrapassam as condições materiais de existência e os aspectos meramente económicos para incluir necessidades, recursos, valores, aspirações individuais até preocupações, objectivos e problemas sociais;

- é um conceito que não pode ser directamente mensurável, pelo que há necessidade de recorrer a distintas formas de medida, uma vez indicadores objectivos, outras, de tipo subjectivo que reflectem as vivências dos sujeitos e as suas avaliações em relação às múltiplas dimensões da vida.

Debates, Conceitos e Medidas na Pesquisa sobre Qualidade de Vida

Os diferentes entendimentos de qualidade de vida e os respectivos enquadramentos conceptuais e teóricos manifestam-se na diversidade de tratamentos empíricos na hora de abordar e medir a qualidade de vida. Apesar do consenso relativamente à ideia de que a qualidade de vida só pode apreender-se mediante uma série de componentes que representam as diferentes áreas da vida quotidiana (materiais e não materiais) quer a selecção dessas componentes, quer os métodos para a sua definição e medição são bem diversos.

O objectivo deste ponto é o de apresentar, de forma resumida, os principais debates e clivagens que dão origem a abordagens da qualidade de vida e respectivas formas de operacionalização assaz diferentes, tentando evidenciar a articulação, sempre presente em cada uma delas, entre os conceitos que formatam a própria noção de qualidade de vida (que, como observámos, a podem identificar a condições de vida, níveis de vida, bem-estar, felicidade, etc) e as opções metodológicas para a operacionalização desses conceitos.

Tentaremos aqui expor os principais debates que têm atravessado a história do conceito com prolongamentos e desenvolvimentos até aos nossos dias e que se materializam em formas contrastadas de conceber a qualidade de vida e no respectivo tratamento empírico.

Uma das distinções fundamentais na literatura sobre qualidade de vida é a distinção entre uma abordagem objectiva da qualidade de vida, normalmente associada à operacionalização de conceitos como condições de vida e níveis de vida medidos através de indicadores objectivos e uma abordagem subjectiva que coloca a ênfase na percepção subjectiva da qualidade de vida, utiliza indicadores de tipo subjectivo e parece mais relacionada como o conceito de bem-estar sub-

jectivo⁶. Tal distinção encerra, muitas vezes, a clivagem observada em muitos estudos sobre qualidade de vida entre o privilégio de dimensões mais quantitativas associadas à abordagem objectiva e de dimensões mais qualitativas sobretudo contidas nas abordagens subjectivas.

Outra distinção com desenvolvimentos mais recentes, embora as suas raízes se encontrem no nascimento do conceito, envolve as concepções de qualidade de vida respectivamente baseadas na óptica dos recursos/oportunidades ou na das necessidades/satisfação. Abordaremos, em primeiro lugar, as questões relacionadas com o primeiro debate para, de seguida, nos referirmos à clivagem entre uma concepção da qualidade de vida baseada no “domínio dos indivíduos sobre os recursos” ou na lógica da “satisfação das necessidades”.

As Abordagens Objectivas versus Subjectivas

O contexto de emergência do conceito de qualidade de vida, como vimos, muito “colado” ao do Movimento dos Indicadores Sociais, instala, na investigação sobre qualidade de vida, uma tendência à sua concepção enquanto forma de medir as transformações societais, o desenvolvimento ocorrido, ainda que incorporando dimensões e elementos de carácter não exclusivamente económico. A preocupação é pela medida, pela quantificação das boas e das más condições de vida e pela aferição das políticas levadas a cabo. Por outro lado, a busca de soluções práticas para modificar ou, pelo menos, para melhorar as condições sociais torna imperativa a necessidade de produzir um conhecimento exacto dos problemas, das suas dimensões e causalidades, procurando informações válidas para conhecer e avaliar as condições e os resultados dos programas de desenvolvimento implantados.

Esta preocupação e esta necessidade traduz-se na proliferação de sistemas de indicadores vistos como estatísticas de interesse e de carácter normativos que proporcionam informação descritiva e

objectiva sobre as condições da sociedade, trazendo à luz os problemas sociais e permitindo calcular melhor as prioridades nacionais, ao mesmo tempo que se avalia a eficácia das políticas levadas a cabo⁷. Como refere Bauer (1966:1), os indicadores sociais aferidores da qualidade de vida tendem a ser representados por “Estatísticas, séries estatísticas e qualquer outra forma de evidência que nos permita estabelecer onde estamos e em que direcção caminhamos em relação aos nossos valores e objectivos, avaliar programas específicos assim como determinar o seu impacto.”

Paralelamente a esta abordagem da qualidade de vida assente em indicadores objectivos, outras correntes de pensamento preocuparam-se em demonstrar as limitações de um modelo que reduz a concepção e a medida da qualidade de vida a indicadores, na maior parte das vezes, puramente quantitativos. Nos anos 60 e 70 desenvolveu-se, sobretudo nos EUA, uma corrente centrada nas questões subjectivas do bem-estar e da qualidade de vida. Os trabalhos de Campbell, Converse e Rodgers (1976), os de Andrews e Withey (1976), os de Duncan (1969) e Schneider (1976), são alguns dos vários contributos que destacam a importância de um abordagem subjectiva da qualidade de vida, contestando a redução na medição desta a indicadores de tipo quantitativo: “se os indicadores socioeconómicos objectivos nos podem fazer aparecer as desigualdades ou as injustiças na repartição de um elemento importante do bem-estar, estes dados não nos informam sobre os graus de satisfação subjectiva que a sua vida inspira aos indivíduos” (Campbell, Converse e Rodgers (1976: 12)⁸.

Dale interessou-se igualmente em demonstrar o valor limitado dos modelos que consideram apenas indicadores objectivos, afirmando: “que é, concerteza, possível que os indivíduos e os grupos sociais possam ter acesso a condições de cuidado, de emprego, de ambiente bem melhores, objectivamente, do que aqueles a que têm acesso outros grupos ou outros indivíduos e que, no entanto, sen-

⁶ Esta última abordagem também se tem designado de qualidade de vida subjectiva.

⁷ A partir dos anos 60, a investigação sobre qualidade de vida diversifica-se e alarga-se a organismos internacionais. Inúmeros países estão comprometidos na realização de trabalhos sobre Indicadores Sociais: EUA, Canadá, França, Grã-Bretanha, Noruega, Suécia, Espanha, etc. Neste período lideram a produção destes estudos, os EUA e os organismos internacionais como a ONU, UNESCO, OCDE, CEE.

⁸ Sendo originalmente desenvolvida esta abordagem por investigadores norte-americanos e, sobretudo, associada a áreas disciplinares mais próximas da psicologia, rapidamente se alargou a outras áreas (medicina e ciências da saúde, sociologia e ciências políticas) e se começou a desenvolver também no contexto europeu, dando origem a uma literatura sobre qualidade de vida que segue, até hoje, o seu curso paralelamente ao desenvolvimento da abordagem objectiva (Veenhoven, 1996, 2000, 2002, Clark *et al.*, 2000, 2003, Diener, 2002).

tem subjectivamente que a qualidade da sua vida ou que as suas experiências pessoais não são as melhores” (Dale, 1980:505).

É a partir, justamente, deste possível desfazamento entre condições objectivas de vida e experiências de satisfação e bem-estar que se começa a entender como necessário não só a avaliação das condições de vida ou o cumprimento de metas sociais, mas também a forma como as pessoas respondem e sentem nos vários domínios que compõem a sua vida, o que implica perceber o grau de satisfação não só em relação à vida entendida globalmente, como aos vários domínios que a compõem como a vida familiar, o trabalho, as relações sociais, etc. Esta abordagem parte da convicção de que os indivíduos são quem melhor pode avaliar a sua própria vida, já que como sublinha Diener, “é difícil imaginar uma vida, independentemente de quão positiva possa ser em termos de aspectos objectivos e que poderíamos classificar até como ideal se a experiência individual dessa vida, fosse de dissatisfação ou mesmo de depressão” (Diener, 2002:2).

É neste sentido de medir o bem-estar a partir da percepção individual e subjectiva das próprias condições de vida que Campbell, Converse e Rodgers levam a cabo um estudo nos EUA⁹, onde os autores concebem a qualidade de vida como um conceito vivencial, experimental, para o que, na sua avaliação, é necessário que os indivíduos manifestem o que sentem acerca da sua própria vida. Tal posição é sustentada pela ideia de que a qualidade de vida se refere mais à experiência de vida do que às condições de vida, o que representa uma inversão significativa face aos modelos anteriores que procuravam quantificar as condições de vida. Simultaneamente, a definição de qualidade de vida retoma o conceito, já aqui explicitado, de “Satisfação”, entendida esta como a discrepância percebida entre aspirações e concretizações.

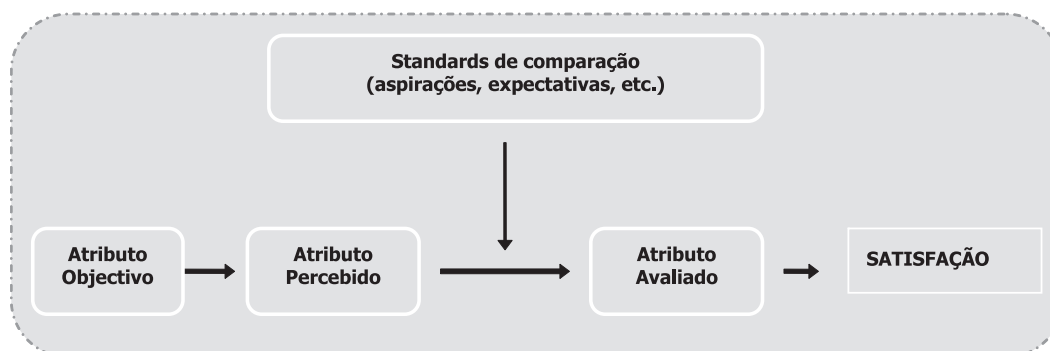
A utilização do conceito “experiência de satisfação” torna permeável a noção de qualidade de vida à diversidade de experiências no passado e às

expectativas futuras. Por outro lado, o próprio sentido de bem-estar não se refere a um factor único e geral, mas a uma composição de elementos específicos que têm a ver com a diversidade de experiências dos indivíduos na sua vida quotidiana: trabalho, habitação, actividades de tempo livre, família, etc. Na opinião dos autores, esta forma de medir a qualidade de vida tem duas vantagens: “por um lado, traz informação mais detalhada sobre a experiência da qualidade de vida; por outro, permite examinar os padrões de relação entre medidas específicas de satisfação e a contribuição de cada uma de tais medidas para uma medida global de satisfação geral ou total em relação à vida. As medidas globais são, além disso, menos úteis para uso político” (Campbell *et al.*, 1976:12).

A originalidade deste modelo, além da introdução das dimensões mais subjectivas e qualitativas na definição do próprio conceito de qualidade de vida, reside na explicação dos eventuais mas frequentes desfazamentos entre condições objectivas de vida e expressão de níveis de satisfação. O modelo conceptual eleito explica a conduta e a percepção como dependentes das relações que se estabelecem entre o indivíduo e o seu meio envolvente: “As pessoas vivem num meio objectivamente definido, mas percebem esse meio através de uma definição subjectiva. Portanto, as suas respostas e acções derivam deste ‘espaço de vida’ psicológico” (Campbell *et al.*, 1976:13). Assim, a satisfação expressa pelos indivíduos em relação a uma área qualquer da vida depende da sua avaliação em relação aos atributos dessa área, sendo que tal avaliação é mediatizada por “standards” de comparação (nível de aspirações, expectativas, valores pessoais, grupos de referência, etc.) e resultando da diferença sentida entre a realidade percebida pelo indivíduo sobre a sua situação actual e as suas aspirações nessa área. Tais diferenças são determinadas pelas experiências passadas dos sujeitos e pelas comparações sociais que vão fazendo, tal como se pode observar pela figura a seguir apresentada.

⁹ Este estudo foi baseado num questionário a nível nacional, publicado com o título *A Qualidade de Vida Americana*. Os objectivos do trabalho estruturaram-se em torno de duas grandes preocupações. Por um lado, contribuir para o desenvolvimento de dados de tipo psicológico que são fundamentais para a compreensão das mudanças sociais; e por outro, fornecer informação sobre o estado da sociedade que facilite a tomada de decisões dos responsáveis das políticas públicas. Como se pode observar, os objectivos programáticos, de recolha de informação para posterior tomada de decisões definidoras de políticas públicas são idênticas em ambos os sistemas. O que difere é o modelo de abordagem, a concepção da qualidade de vida e os indicadores para a sua medição.

Fig.1 – Modelo Conceptual de Campbell, Converse e Rodgers



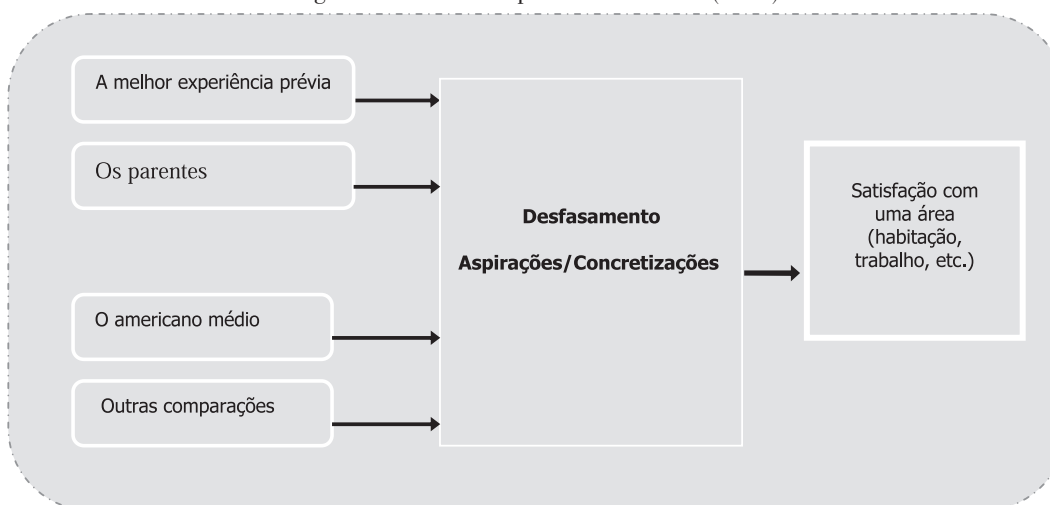
Fonte: adaptado de Campbell, Converse e Rodgers, 1976

Também Michalos (1985), na esteira dos autores referidos, tenta um aprofundamento das componentes subjectivas da qualidade de vida, aperfeiçoando um modelo que incluía as componentes que influem na qualidade de vida subjectiva, assim como as relações internas que produzem o sentimento de satisfação humana. Tal como nos estudos anteriores, o eixo fundamental sobre o qual gira o conceito de qualidade de vida é o de Satisfação. Partindo do princípio de que nas mesmas condições objectivas de vida, as pessoas experimentam diferentes graus de satisfação, a explicação começa a desenhar-se sob a forma da hipótese de que as diferenças na forma de perceber as circunstâncias objectivas estão relacionadas com as expectativas e aspirações dos sujeitos. A satisfação aparece, assim, como uma função da diferença ou separação entre aspirações e concretizações, hipótese confirmada empiricamente: “o grau de satisfação aparece determinado pela diferença percebida en-

tre o que se tem e o que se deseja ou espera obter, depois de ter feito uma série de comparações sociais, temporais e a própria situação no presente” (Michalos, 1980-82:385).

Este esquema base do processo relacional entre componentes objectivas de vida e a satisfação experimentada foi desenvolvido, como vimos, por Campbell, Converse e Rodgers. O núcleo das investigações de Michalos situa-se, justamente, no aprofundamento dos standards de comparação: que comparações realizam os sujeitos para avaliar a sua própria situação, tendo como resultado um maior ou menor grau de satisfação? Também aqui, o desfaseamento existente entre as aspirações e o que se consegue obter (diferença entre o que se deseja ou aspira e a situação actual) funciona como variável explicativa que influi directamente sobre a satisfação, sendo tal desfaseamento influenciado por outros standards de comparação, tal como se pode ver no esquema a seguir apresentado:

Fig.2 – Modelo conceptual de Michalos (TDM)



Fonte: adaptado de Michalos, A, 1985

A teoria das discrepâncias múltiplas foi amplamente testada pelo autor¹⁰ e, se outro mérito não tivesse, pelo menos chama a atenção para o facto de a satisfação humana e, assim, a qualidade de vida percebida, não ser um mero acto reflexo de adaptação, mas algo que é um efeito de diversos antecedentes, actuando esta, por sua vez, como motivo ou causa da acção. Uma segunda “vantagem” parece estar implícita neste modelo e que consiste na introdução da dimensão temporal quer como dimensão importante no estabelecimento de comparações de onde surge a capacidade avaliativa dos sujeitos, quer como informação da forma como evoluem os níveis de satisfação.

Esta dimensão temporal supõe que se conceba a qualidade de vida não como algo estático, mas, pelo contrário, como um processo contínuo sujeito a desenvolvimentos positivos e negativos, fruto, não só das alterações das condições objectivas de vida, como dos processos pelos quais os indivíduos vão avaliando essas mesmas condições de vida.

Desenvolvimentos mais recentes na investigação sobre Qualidade de Vida Subjectiva

Como se referiu atrás, os modelos de entendimento da qualidade de vida através das percepções subjectivas e das avaliações dos sujeitos constituem um marco alternativo (e/ou complementar) ao das abordagens baseadas em dimensões mais objectivas e quantificáveis. Este tipo de investigação tem vindo a ter um desenvolvimento importante na última década, quer no contexto americano, quer no europeu e concorre hoje com os sistemas clássicos de indicadores sociais de qualidade de vida, apostando também num sistema de indicadores subjectivos de qualidade de vida, ao mesmo tempo que se generalizam os trabalhos comparativos internacionais¹¹ e que crescem as áreas disciplinares em que se faz uso das medidas subjectivas de qualidade de vida ou bem-estar (psicologia, psicologia social, medicina e ciências da saúde, ciência política e sociologia).

As questões que se colocam hoje na defesa da pertinência de modelos como este não diferem muito das que se colocavam nas décadas de 60 e 70, quer no entendimento do que é a qualidade de vida, quer na forma de a medir empiricamente.

No que diz respeito à primeira questão continua a enfatizar-se a ideia de que a qualidade de vida não pode ser apreendida independentemente das percepções e avaliações individuais. Como refere Camfield, “o posfixo ‘subjectiva’ serve para designar a qualidade vida entendida como um estado experimentado e subjectivamente avaliado” (Camfield, 2003:2). Por outro lado, esta perspectiva dá conta de que conceitos como qualidade de vida, satisfação com a vida e bem-estar são conceitos multidimensionais que não se deixam resumir às condições materiais ou às dimensões mais quantitativas (mais não é sinónimo de melhor) enquanto se mantém a questão da relação entre circunstâncias objectivas e níveis de satisfação, sublinhando, uma vez mais, o possível desfasamento entre um e outro nível ou, na expressão de Trevor, “We may indeed be doing better but feeling worse” (Trevor, 2000:2).

Basicamente, podemos identificar três questões de conteúdo empiricamente operacionalizadas através de medidas subjectivas de qualidade de vida ou bem-estar:

- 1) como resposta às medidas mais objectivistas e utilitaristas de medição do bem-estar e da qualidade de vida;
- 2) como forma de aproximação aos determinantes do bem-estar e, deste modo, de correlacionar condições objectivas e bem-estar subjectivo, mostrando a ineficácia de uma medida de qualidade de vida que não tome em consideração as apreciações e avaliações individuais;
- 3) como forma de perceber como é que os indivíduos chegam a avaliar os diferentes domínios da sua vida e a importância de cada um deles ou de determinar os que mais influenciam a sua qualidade de vida.

Pese o cepticismo de alguns quanto à possibilidade de se chegar a uma medida do bem-estar

¹⁰ Em 1984 foi aplicado, pela primeira vez, um questionário com uma amostra de 700 estudantes universitários, em que os resultados confirmam a seis hipóteses básicas da TDM (Michalos, 1985, 347-348).

¹¹ Cfr. trabalhos de Diener, 2002, Diener e Biswas-Diener, 2000, Veenhoven, 1996, 2002, Camfield, 2003, Easterlin, 2001 Oswald, 1997, Lane 1996, Van Praag 1993, Inglehart, 1986.

e da qualidade de vida assente nas apreciações individuais, os exemplos mais recentes de pesquisa no campo da qualidade de vida subjectiva, mostram não só como se torna difícil o entendimento da própria noção de qualidade de vida isolada das percepções e avaliações dos indivíduos, como contraria determinadas presunções contidas na escolha de determinados indicadores objectivos para aferir a qualidade de vida (como seja o rendimento como indicador de qualidade de vida). Simultaneamente, permite-nos perceber como é que os sujeitos hierarquizam os vários domínios da sua própria vida, o valor relativo de cada um deles e como é que influenciam a sua vida como um todo, o que constitui uma matriz válida de interpretação da lógica das prioridades e preferências individuais. Outro “output” a assinalar diz respeito ao papel director da lógica de formação das aspirações para explicar os frequentes desfasamentos entre condições objectivas e níveis de satisfação, desfasamentos explicados pelas discrepâncias entre expectativas e resultados conseguidos o que se espera estar correlacionado significativamente com a percepção subjectiva do bem-estar.

Ferrer-i-Carbonell (2002) sintetiza de forma bastante elucidativa o que podem ser os contributos da pesquisa do bem-estar e da qualidade de vida subjectivos:

- 1) os resultados podem ser usados na análise do que são as componentes estruturais do bem-estar dos indivíduos e, assim, fornecer pistas importantes na compreensão das suas preferências e na previsão dos seus comportamentos;
- 2) as questões do bem-estar subjectivo são importantes na avaliação do impacto de muitas políticas socioeconómicas, como o são na aferição dos efeitos de problemas sociais como o desemprego no bem-estar e na sua apreciação subjectiva;
- 3) medir o bem-estar através das avaliações subjectivas contribui para o esclarecimento dos problemas de distribuição dos recursos e suas implicações;
- 4) perceber a estrutura do bem-estar subjectivo permite melhor entender o intrincado jogo de variáveis e dimensões como o rendimento, a saúde, a família tais como decorrem da vida dos indivíduos considerada como um todo (Ferrer-i-Carbonell, 2002:19).

Como se pode constatar, a definição do que podem ser hoje as aplicações do uso de medidas de bem-estar subjectivo não andam longe dos propósitos de Campbell quando, no seu estudo de 1976, referia os objectivos de fornecer informação ao nível das preferências e dos comportamentos fundamentais quer para a compreensão das mudanças sociais, quer do estado da sociedade de modo a facilitar a tomada de decisões dos responsáveis das políticas públicas (Campbell, 1976). Também nos tempos mais recentes os defensores dos estudos sobre o bem-estar subjectivo argumentam persuasivamente que “os indicadores do bem-estar subjectivo não estão apenas estreitamente associados a vários indicadores ‘objectivos’ como representam um meio poderoso e independente de monitorizar e diagnosticar o estado de saúde de uma nação” (Jowell, 2003: 11).

Para além da dicotomia “Objectivo” versus “Subjectivo”

A apresentação e discussão destes dois tipos de abordagens entendidas como antagónicas na concepção do que é a qualidade de vida e na forma de a medir, demonstra não só que ambas se institucionalizaram em campos opostos, mas que pode revelar-se muito limitativa uma análise da qualidade de vida baseada apenas num ou noutro tipo de pressupostos, pelo que é consensual a ideia da necessidade de ultrapassar esta dicotomia. Os argumentos a favor e contra cada uma destas perspectivas apenas enfatizam a importância de abordagens que combinem condições e recursos, sentimentos e satisfação, isto é, que incluam indicadores de tipo objectivo e subjectivo.

Genericamente, aqueles que se posicionam numa perspectiva mais “objectiva” evidenciam os limites da utilização de indicadores subjectivos, limites que, em seu entender, são quer de carácter substantivo quer analítico e metodológico.

Os primeiros têm a ver com a ideia fundamental de que as percepções dos indivíduos e, assim, os indicadores de tipo subjectivo não traduzem as condições reais. Isto acontece porque: i) as percepções e avaliações estão condicionadas por comparações temporais e sociais; ii) revelam comportamentos adaptativos quer a condições adversas quer a situações favoráveis; iii) os indivíduos

podem escolher objectivos que não proporcionem sentimentos de bem-estar subjectivo; iv) os processos de apreciação contêm muitos elementos da ordem do não consciente e do não racional.

Os segundos referem-se às várias dificuldades em operacionalizar sentimentos e apreciações subjectivas, enfatizando que: i) estas não são comparáveis entre indivíduos (as pessoas usam diferentes critérios para a expressão dos mesmos níveis de satisfação. Por exemplo, duas pessoas podem declarar-se “muito felizes” por diferentes razões; da mesma maneira que podem ter em mente diferentes representações das escalas utilizadas); ii) não são comparáveis entre países e culturas (por exemplo, as definições de pobreza ou a auto-definição de pobre variam enormemente entre países pobres e ricos e entre classes altas e baixas).

O somatório destes limites produz argumentos que claramente desvalorizam a utilização destes indicadores sobretudo relacionados com a possibilidade de fornecerem informação válida na orientação de políticas públicas. Como sublinha Veenhoven, investigador em qualidade de vida subjectiva e felicidade, e ironizando, “tudo isto desemboca na ideia de que as avaliações individuais são, de facto, irrelevantes. Os julgamentos de satisfação, em particular, podem depender muito pouco da qualidade de vida real e demasiado de comportamentos de moda e de comparações arbitrárias. Deste ponto de vista, os decisores das políticas podem ignorar as apreciações dos cidadãos, tal como alguns médicos desprezam as queixas dos seus pacientes. Ao contrário, os decisores das políticas devem olhar para a informação estatística objectiva, tal como os médicos que apenas acreditam nos testes de laboratório” (Veenhoven, 2003:18).

Curiosamente, o que é entendido como fragilidades na abordagem subjectiva da qualidade de vida, é julgado pelos defensores desta perspectiva, como sendo as suas principais potencialidades. Des Gasper enfatiza justamente a necessidade de se incluir na investigação da qualidade de vida medidas de tipo subjectivo por não se poder ignorar os sentimentos e as avaliações das pessoas numa

área que a elas diz sobretudo respeito e sendo elas a sofrer ou a beneficiar das opções em matéria de políticas sociais: “não podemos ignorar a informação contida nas medidas do bem-estar subjectivo. Estas dizem-nos algo de diferente e de importante, os sentimentos das pessoas. Se as pessoas não sentissem, seríamos muito provavelmente menos capazes de sentir com e por elas e estaríamos muito menos motivados para ajudar os mais desfavorecidos. E as mensagens que estas medidas trouxeram em relação a estas variáveis são massivamente importantes” (Des Gasper, 2003:11).

Sumariamente, as razões invocadas para a inclusão destas medidas têm a ver, em primeiro lugar, com o consenso estabelecido entre os investigadores em qualidade de vida subjectiva relativamente à ideia de que os indicadores objectivos não estão, muitas vezes, correlacionados com a sua avaliação subjectiva¹². A descoberta desta frágil articulação é entendida como uma das principais vantagens no uso de medidas subjectivas porque permite justamente ir à procura dos elementos explicativos destes possíveis desfasamentos e que podem ter a ver com: i) o grau de satisfação reflectir a interacção entre satisfação pessoal e nível de expectativas e, nesta medida, as medidas subjectivas são sempre um indicador da discrepância entre expectativas e realidades; ii) a avaliação das condições objectivas faz-se por comparação com pontos de referência (comparações sociais, temporais ou de equidade) (Michalos, TDM); iii) as apreciações subjectivas envolverem processos de adaptação quer a situações vantajosas, quer desfavoráveis¹³ (Cummins, 2000).

Em segundo lugar, e decorrente da primeira razão invocada, é sublinhada a ideia de que os indicadores objectivos traduzem sempre um conjunto de valores (apenas se mede o que é proposto como valor, seja através de indicadores positivos ou negativos), isto é, o conceito de bem-estar objectivo é um conceito normativo, o que faz correr sérios riscos de aquilo que se define como importante ou bom o não ser para as pessoas ou não ter em conta as mudanças nos valores ou nas preferências. (Cfr. Des Gasper, 2003:10 e Fahey,

¹² Hagerty *et al.* (2001), na sua revisão dos índices de qualidade de vida, chamam a atenção para o facto de que altos níveis de satisfação podem ser encontrados em situações menos vantajosas e, por outro lado, a riqueza vir acompanhada de sentimentos de insatisfação

¹³ Tínhamos visto já como estudos empíricos demonstravam que nos países ocidentais os níveis de satisfação com a vida em geral e com os vários domínios, é alta e apresenta uma variação moderada entre os vários grupos socioeconómicos ou através do tempo.

2003:56). Tal argumento é baseado nas descobertas dos estudos empíricos sobre qualidade de vida utilizando indicadores subjectivos sobre o impacto de outros factores que não os materiais na percepção e avaliação da vida pessoal e nos sentimentos de bem-estar, levando a discutir, por exemplo, a pertinência da medição da qualidade de vida através de indicadores de rendimento e consumo.

A apresentação de todos estes argumentos pró e contra cada uma das abordagens só faz sentido para justificar a necessidade de perspectivas que ultrapassem esta dicotomia e que contenham uma noção de qualidade de vida mais inclusiva e abrangente, conseguindo conciliar, na forma de a medir, indicadores objectivos e subjectivos. É hoje consensualmente aceite a ideia, entre os investigadores sobre qualidade de vida, que esta não é entendível nem mensurável a não ser através de perspectivas que incluam dimensões e indicadores objectivos e subjectivos. Várias definições de qualidade de vida e respectivos modos de operacionalização dão hoje conta dessa necessidade. É o caso de Diener quando sublinha que “o bem-estar subjectivo não é suficiente para uma vida boa, tal como o não são os indicadores económicos e sociais por si só indicadores do bem-estar de uma sociedade – queremos pessoas felizes e realizadas, não apenas que vivam em bons ambientes. Assim, o bem-estar subjectivo é um complemento dos indicadores objectivos, em parte porque as escolhas das pessoas estão parcialmente dependentes dos seus sentimentos de bem-estar e das suas concepções sobre o que aumenta o seu bem-estar” (Diener, 2002:2).

Nesta perspectiva, o que se enfatiza é a necessidade (e a possibilidade) de a análise da qualidade de vida nos dar conta da relação entre elementos pessoais e subjectivos e circunstâncias objectivas. Lane, apesar de enfatizar o papel das experiências subjectivas como um elemento constitutivo da qualidade de vida, sustenta que “a qualidade de vida resulta melhor definida pela relação entre elementos subjectiva e pessoalmente baseados e um conjunto de circunstâncias objectivas. Os elementos subjectivos de uma alta qualidade de vida compreendem (1) a sensação de bem-estar e (2) o desenvolvimento pessoal (...) o elemento objectivo é concebido como a qualidade de condições que representam oportunidades para serem exploradas pela pessoa durante o seu percurso de vida” (Lane, 1996: 259).

Independentemente da forma de definir o que são os elementos subjectivos e o que faz parte das condições objectivas, o que é importante sublinhar é que esta combinação (nível/elementos objectivos/subjectivos) nas formas de entender e medir a qualidade de vida, ultrapassando os limites e as fragilidades que cada uma das perspectivas apresenta de per se, permite tornar concretos os processos pelos quais as condições objectivas são experimentadas pelos sujeitos. É, de resto, o que propõem os autores Fahey *et al.* quando referem que “o que é pretendido é o desenvolvimento mais profundo de como as pessoas avaliam o seu trabalho, família e vida comunitária e as interrelações entre estas dimensões. Na ausência deste propósito, a mera documentação dos níveis de satisfação é pouco provável que ofereça alguma compreensão quanto aos determinantes da qualidade de vida ou que providencie uma base prática para influenciar a política. A abordagem mais produtiva é a que enfoca sobretudo nas relações entre os níveis de satisfação relatados e os recursos/condições, mais do que na simples satisfação, e tenta perseguir e compreender esta relação” (Fahey *et al.*, 2003: 56). Em termos práticos, esta proposta chama a atenção para a necessidade de construir um modelo que aprofunde a “experiência subjectiva de circunstâncias objectivas” (Ibidem:56), evitando, assim, qualquer escolha arbitrária entre medidas objectivas e subjectivas mas permitindo, por outro lado, passarmos de uma abordagem descritiva da qualidade de vida para uma abordagem compreensiva.

Recursos e Necessidades: Oportunidades ou Satisfação?

A outra clivagem que nos propúnhamos aqui discutir tem a ver com uma abordagem da qualidade de vida numa óptica dos recursos versus necessidades. De alguma maneira, os modelos conceptuais já aqui apresentados tendem a “encobrir” esta questão que lhe está subjacente. Recordemos que as abordagens mais subjectivas da qualidade de vida estão associadas ao conceito de satisfação com os vários domínios que compõem a vida quotidiana, o que pressupõe atingir resultados em termos de concretizações daquilo que se sente como necessário ou daquilo a que se aspira. Da mesma forma, que as abordagens mais objectivas (que não incluem dimensões ou indicadores subjectivos)

tendiam a fazer conotar o conceito de qualidade de vida com a possibilidade de quantificar condições ou níveis de vida como recursos utilizáveis pelos sujeitos mas que tendem também a “qualificar” um determinado contexto societal. Apresentaremos alguns exemplos de cada uma destas abordagens para, por fim, se tornar possível estabelecer as suas dimensões comparativas.

A abordagem sueca do nível de vida e o conceito de “capacidades” de Sen

As investigações suecas sobre o nível de vida enquadram-se no contexto de surgimento do próprio tema da qualidade de vida como crítica aos efeitos perversos do crescimento económico e, especificamente, denunciando os limites e as falácias da utilização de critérios meramente económicas como o PIB per capita na medição do bem-estar dos cidadãos. Duas questões emergem como fundamentais nesta abordagem: i) a ideia de que a avaliação do bem-estar e do nível de vida passa por considerar uma série de componentes para além das económicas, como seja a saúde, o emprego e as condições de trabalho, a educação e a habitação, o lazer e a cultura, etc e ii) a ideia de que, mais importante do que avaliar um conjunto de necessidades satisfeitas, é avaliar um conjunto de recursos disponíveis para os indivíduos que configuram determinadas oportunidades. Trata-se, assim, de uma abordagem que se situa claramente no domínio dos recursos (se quisermos, dos meios e não dos resultados), definindo o nível de vida como “o domínio do indivíduo sobre os recursos na forma de dinheiro, posses, conhecimento, energia mental e física, relações sociais, segurança e outros, através dos quais o indivíduo pode controlar e dirigir conscientemente as suas condições de vida” (Erikson, 1993:107).

O elemento central é, assim, o “domínio dos indivíduos sobre os recursos” o que, para os de-

fensores desta abordagem, envolve duas vantagens: i) a concepção do indivíduo como homem activo que usa os seus recursos para prosseguir e satisfazer os seus interesses; ii) o não ter que enumerar necessidades uma vez que se supõe que os recursos são usados como melhor convêm aos interesses dos indivíduos¹⁴.

Além dos recursos, são importantes algumas condições (ou circunstâncias externas) em que decorre a vida dos indivíduos que não podem ser consideradas em si mesmas, como recursos, mas como fins. Gozar de uma boa saúde, viver em segurança, ter boas condições de trabalho são condições que profundamente influenciam o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos. Finalmente, interessa perceber que o valor (ou a utilidade) de alguns recursos na capacidade que os indivíduos têm de dirigir as suas próprias vidas depende do contexto em que forem utilizados, o que coloca o problema de saber em que “palcos” são utilizados os recursos que, por sua, vez delimitam o “espaço de acção” que os indivíduos dispõem para fazer as suas escolhas. Deste modo, o nível de vida, assim concebido, não se refere apenas a uma avaliação dos recursos, mas à sua contextualização em “palcos” que produzem resultados necessariamente diferentes: “os recursos dos indivíduos e as características do palco em se usam, devem utilizar-se conjuntamente para determinar o espaço que os indivíduos têm para dirigir as suas próprias vidas” (Erikson, 1993:111).

Como facilmente se percebe, esta abordagem coloca no centro da questão não tanto os resultados atingidos, mas a capacidade de afectar recursos com determinados objectivos. Assim, as condições de vida são importantes mas entendidas na lógica de que algo diferencia essas condições de vida e isso tem a ver com a posse de determinados recursos e com a capacidade de os usar num determinado espaço de acção¹⁵. Deste ponto de vista, a descrição do nível de vida assim definido coloca o problema da selecção de componentes que defi-

¹⁴ No entanto, Erikson (1993) reconhece que, por um lado, de uma ou outra forma, tem que se tomar uma decisão sobre quais as áreas mais essenciais da vida humana, aquelas em que é fundamental que o indivíduo seja capaz de determinar as suas condições de vida, por outro, também não existe nenhuma forma objectiva ou imparcial pela qual se possa decidir se uma dimensão é mais importante do que outra. Por exemplo, o que é preferível em termos de bem-estar: gozar de boa saúde ou ter boas condições económicas?. Tais asserções revelam que, mesmo tratando-se de uma abordagem baseada em indicadores objectivos, as escolhas têm sempre um suporte normativo, são culturalmente influenciadas e traduzem juízos de valor.

¹⁵ Como veremos posteriormente e o próprio autor o admite, este posicionamento partilha similitudes com a abordagem das capacidades de Sen quando coloca como questão central do bem-estar a “habilidade” para conseguir um “funcionamento” valioso (Cfr. Sen, 1985, 1993)

nem esse nível de vida e dos respectivos indicadores. Os autores responsáveis por esta abordagem estão bem conscientes da inexistência de uma teoria universal que distinga os recursos e as condições mais importantes, ao mesmo tempo que reconhecem a base normativa (dizem respeito a valores consensualizados sobre o que é uma “vida boa” e a escolha de uns em detrimento de outros corresponde a decisões que deixam transparecer juízos de valor), culturalmente orientada (depende do contexto a que nos reportarmos) e politicamente relacionada (apenas se incluem elementos susceptíveis serem influenciados pela acção política) da opção por determinados componentes e indicadores. Nas palavras dos autores, “os componentes referem-se às condições e problemas que encontramos durante as nossas vidas e que são de tal importância que em todas as sociedades se fazem esforços colectivamente organizados para os combater” (Eriksson, 1993: 110). Os componentes e os indicadores seleccionados apresentam-se no quadro seguinte.

Como refere o autor, “as ‘funcionalidades’ representam partes do estado de uma pessoa: em particular as coisas que consegue fazer ou ser ao viver” (Sen, 1993:55-56). Estar adequadamente nutrido e em boa saúde, ter auto-repeito e auto-estima, estar socialmente integrado são exemplos do que o autor designa por “*beings*” enquanto ler livros, ir ao cinema, andar de bicicleta corresponde a um outro tipo de funcionalidades designadas por “*doings*”. Deste modo, a “*capacidade*” de uma pessoa “reflecte combinações alternativas das funcionalidades que esta pode alcançar, entre os quais pode escolher uma colecção” (ibidem:56).

Assim definidas funcionalidades e capacidades, a *qualidade de vida* de uma pessoa deve avaliar-se em termos das suas capacidades, da sua habilidade, aptidão ou potencialidade para fazer ou ser algo, ou seja para atingir certas funcionalidades consideradas valiosas. O que se torna importante sublinhar, de resto, tal como o faz Berger-Schmith e Noll (2000) é que esta abordagem da qualidade de vida coloca como objecto central de

Quadro 1 – Componentes e alguns indicadores típicos nos estudos suecos sobre o nível de vida

Componentes	Indicadores
1. Saúde e acesso aos cuidados de saúde	Capacidade para caminhar 100 metros, vários sintomas de doença, contactos com médicos e enfermeiros
2. Emprego e condições de trabalho	Experiências de desemprego, exigências físicas do trabalho, possibilidade de sair do local de trabalho durante o período laboral
3. Recursos económicos	Rendimento e riqueza, propriedade, capacidade para responder a despesas inesperadas até 1000 dólares numa semana
4. Educação e capacidades	Anos de escolarização, nível de escolarização alcançado
5. Família e integração social	Estado civil, relações com amigos e familiares
6. Habitação	N.º de pessoas por habitação, comodidade
7. Segurança da vida e da propriedade	Exposição a violência e roubos

Fonte: Erikson, 1993

O modelo sueco de abordagem do nível de vida acaba por estar bastante próximo da abordagem mais recente e hoje mais referenciada de Amartya Sen (1993) assente no conceito de “*Capacidades*” (Erikson, 1993; Stewart, 1996). Fundamentalmente, esta abordagem destaca a(s) capacidade(s) que os indivíduos têm para direccionarem as suas vidas de acordo com as suas preferências. O enfoque fundamental parece estar em fazer derivar as “capacidades” de um conjunto de *funcionalidades* (“*functionings*”) que cada indivíduo pode atingir ao longo do seu percurso de vida.

avaliação não as funcionalidades conseguidas, mas o facto de os indivíduos sustentarem distintos valores e preferências, segundo os quais atribuem diferentes valores às várias funcionalidades. Deste ponto de vista, a análise da qualidade de vida destaca a capacidade que um indivíduo tem para atingir um conjunto de funcionalidades altamente valorizadas e se é capaz de viver o tipo de vida que aspirou e que escolheu. De alguma forma, a qualidade de vida assim entendida centra-se não tanto na avaliação dos resultados alcançados (um conjunto de *beings* e *doings* que caracterizam um in-

divíduo), mas nas potencialidades ou nas oportunidades que a este se lhe oferecem ao longo do seu percurso de vida, não tanto naquilo que atingiram mas naquilo que podem atingir tendo em conta as funcionalidades a que atribuem valor.

Esta concepção da qualidade de vida como capacidade para atingir funcionalidades valiosas põe em relevo duas questões fundamentais: uma a da capacidade e liberdade de escolha dos sujeitos e a segunda que tem ver com as condições de atribuição de valor às várias funcionalidades.

A primeira decorre da ênfase colocada mais nas capacidades do que nas funcionalidades, isto é, nas oportunidades de escolha mais do que nas próprias escolhas ou resultados obtidos. A concepção dos indivíduos que está aqui subjacente refere-os como seres racionais e conscientes que são capazes de dirigir as suas vidas de acordo com as suas preferências¹⁶. Esta característica confere-lhes a possibilidade de escolher entre várias combinações possíveis de *beings* e *doings*, sendo nesta possibilidade de escolha que reside a capacidade ou a habilidade para aproveitar oportunidades ou ultrapassar constrangimentos¹⁷. Assim colocada a questão, o enfoque vai para a liberdade de escolha que os indivíduos têm e para a avaliação dessas condições de liberdade em termos individuais e sociais. Como o autor refere, “A liberdade de levar diferentes tipos de vida reflecte-se no conjunto de capacidades de uma pessoa. A capacidade de uma pessoa depende de vários factores que incluem quer as características pessoais, quer as circunstâncias sociais” (Sen, 1993:58).

A segunda questão referida prende-se com a avaliação ou com a atribuição de valor aos vários conjuntos de funcionalidades. Como sublinha o autor, “não se pode evitar o problema da avaliação ao seleccionar um tipo de funcionamentos para descrever e estimar as capacidades. A atenção deve concentrar-se nos temas e valores subjacentes em termos dos quais alguns funcionamentos definíveis podem ser importantes e outros triviais e insignificantes” (Sen, 1993:56). Esta triagem ou esta escolha no tipo de funcionamentos está estrei-

tamente relacionada com a selecção de objectos de valor e define o que se chama o “espaço avaliativo”. Em primeiro lugar, um tipo de funcionalidades valioso deriva do contexto que deve ser interpretado, em alguns casos, como a etapa de desenvolvimento económico das sociedades que estão a ser objecto de análise, noutros do tipo de desenvolvimento histórico e cultural (Cfr., Gaertner, 1993:96). Por exemplo, no contexto de algumas análises sobre a pobreza em países em vias de desenvolvimento, é possível considerar um conjunto de funcionalidades centralmente importantes e de capacidades básicas correspondentes (por exemplo, a capacidade para estar bem nutrido e ter uma boa casa, a possibilidade de escapar da morbilidade evitável e da mortalidade prematura, etc), mas em outros contextos socioeconómicos, a listagem pode ser muito mais lata e complexa. Em segundo lugar, a escolha de objectos-valor depende daquilo a que os indivíduos atribuírem valor para o desenvolvimento das suas próprias vidas. Como sublinha Sen, “Algumas funcionalidades são muito elementares, como estar nutrido adequadamente, gozar de boa saúde, etc. E a todas estas podemos atribuir-lhes avaliações elevadas por razões óbvias. Outros podem ser mais complexos mas continuar a ser amplamente apreciados, como o alcançar a auto-dignidade ou integrar-se socialmente. No entanto, os indivíduos podem diferir muito entre si na ponderação que dão a estas funcionalidades – por muito valiosas que possam ser – e a valorização das vantagens individuais e sociais deve ter em conta estas variações” (1993:56).

Como facilmente se pode constatar, esta segunda questão reenvia-nos para o problema da operacionalização e mensurabilidade da abordagem das capacidades que contém a questão de saber até que ponto se pode definir uma lista completa de funcionamentos e capacidades importantes. Tal como na abordagem das “*necessidades básicas*”, também aqui, segundo Sen, podemos definir um certo número de “*capacidades básicas*”, conceito utilizado para distinguir a habilidade para satisfazer certos funcionamentos crucialmente im-

¹⁶ Esta é, aliás, uma das características que a abordagem dos recursos e a das capacidades partilham: recursos e capacidades são considerados como meios para atingir os fins desejados e, como veremos posteriormente, é também uma concepção sustentada pelo conceito de desenvolvimento humano (Cfr. Berger-Schmith e Noll, 2000:9).

¹⁷ Por exemplo, determinadas funcionalidades que parecem estar relacionadas com os padrões de vida e, algumas vezes, com a noção de opulência, como receber uma educação adicional, ter um emprego estável, ir de férias, participar na vida social, têm, na opinião do autor muito que ver com a habilidade ou a aptidão de uma pessoa para escolher entre diferentes formas de vida, isto é, com o conjunto de capacidade com que conta. (Sen, 1985)

portantes até certos níveis adequadamente mínimos (Sen, 1993:67). Para o autor, a identificação destes níveis mínimos aceitáveis de certas capacidades básicas, por debaixo dos quais se considera que as pessoas sofrem de privações inaceitáveis, pode proporcionar um enfoque importante na análise da pobreza, sobretudo distanciado das análises que se concentram nos níveis de rendimento ou nas medidas do PIB per capita¹⁸. Esta é, de facto, apontada como uma das vantagens da abordagem das capacidades para muitos autores, ainda que essas capacidades ou funcionalidades básicas deixem de ter tanta pertinência quando aplicados a países altamente desenvolvidos onde provavelmente se colocarão outro tipo de capacidades básicas. (Cfr. Fahey *et al.*, 2003, Gaertner, 1993).

Apesar das dificuldades na operacionalização do conceito de capacidades, o modelo que temos vindo a apresentar contém uma perspectiva na abordagem da qualidade de vida que reúne aspectos considerados como uma mais-valia na literatura sobre esta problemática:

Em primeiro lugar, quer a tradição sueca, quer a abordagem das capacidades colocam a ênfase na articulação entre “recursos” e “resultados”, revelando uma preocupação fundamental pela forma como os indivíduos combinam esses recursos para a constituição de determinados estilos de vida que escolheram.

Em segundo lugar, desta opção de base, sobretudo evidente na abordagem das capacidades, decorre uma concepção específica do indivíduo onde se sublinha a sua racionalidade, a sua liberdade de escolha (face à panóplia de recursos disponíveis), a sua margem de acção na selecção e combinação de um conjunto de funcionalidades para assegurar a possibilidade de torner constrangimentos e concretizar as suas opções de vida. A definição de capacidades tem, justamente, a ver com esta aptidão ou habilidade. Como salienta Des Gasper, o interesse de Sen direcciona-se para de-

terminadas funcionalidades e, sobretudo capacidades, e não para a satisfação, o que significa privilegiar o equivalente a uma concepção de “desejo informado” ou “desejo racionalizado” que actua num “espaço avaliativo”.

Em terceiro lugar, e como tivemos ocasião de discutir, esta abordagem distancia-se claramente de uma concepção utilitarista e económica da qualidade de vida, denunciando os logros na utilização de indicadores meramente económicos (níveis de rendimentos, PIB per capita, disponibilidade de bens de consumo) na aferição das condições e da qualidade de vida. Tal como se distancia dos critérios da “utilidade pessoal” baseados nas presunções económicas das relações em cadeia interesse – preferência – escolha – satisfação – bem-estar. Neste sentido, e ao introduzir o conceito de “capacidades básicas” que, como vimos, enfoca outras componentes, esta abordagem proporcionou e continua a proporcionar modelos alternativos de equacionar as questões da (des)igualdade de acessos e oportunidades¹⁹, especialmente integrados pelos estudos sobre a pobreza em países sub ou em vias de desenvolvimento. Como destaca Gaertner, “seria desorientador pensar que os enfoques de Sen sobre o bem-estar e as capacidades tenham principalmente interesse na análise dos países pobres, ainda que os seus estudos empíricos em termos dos funcionamentos mais elementares tenham revelado um surpreendente grau de injustiça em alguns desses países. A descoberta deste facto é, certamente, muito significativa, sobretudo para aqueles que sofrem de carências essenciais” (1993:100).

A Abordagem das Necessidades: os estudos comparativos escandinavos sobre Qualidade de Vida

Um dos casos que podemos incluir nesta concepção de qualidade de vida centrada sobre o con-

¹⁸ O argumento principal do autor em relação à possibilidade de converter esta abordagem numa alternativa válida às tradicionais abordagens da pobreza baseadas no nível de rendimento, reside na constatação empírica de que, muitas vezes, a transformação do rendimento em capacidades básicas varia entre os indivíduos e entre as sociedades, ou seja, admitindo que a relação entre o rendimento e as capacidades varia entre as comunidades e as pessoas da mesma comunidade, então o rendimento mínimo adequado para chegar aos mesmos níveis de capacidade minimamente aceitáveis é também variável. (Cfr. Sen, 1985). Ainda nesta obra, Sen mostra como este tipo de análise pode ser aplicada com vantagens sobre a primeira verificando que, por exemplo, a China e a Índia são países muito próximos em termos de PIB per capita mas muito distintos em termos das capacidades básicas de sobrevivência e educação, tal como “a habilidade para viver mais, a de evitar a mortalidade durante a infância, a de ler e escrever e a habilidade beneficiar de uma educação escolar sustentada” (Ibidem: 76)

¹⁹ Aliás, esta abordagem está na base das concepções do Desenvolvimento Humano não deixando de ser sintomático que o próprio autor seja um dos principais “designers” do modelo conceptual e analítico que podemos encontrar nos “Human Development Reports”

ceito de necessidades²⁰ e respectiva forma de satisfação é o estudo de E. Allardt “Comparative Scandinavian Welfare Study” realizado em 1972 cujo ponto de partida é a “*abordagem das necessidades básicas*” originalmente desenvolvido por Johan Galtung. Este estudo demarca-se da concepção sueca do nível de vida ao se centrar não numa perspectiva dos recursos (o nível de vida definido como o domínio dos indivíduos sobre recursos vários), mas numa perspectiva das necessidades, o que, segundo o autor, correndo o risco de se revelar uma perspectiva mais ambígua do que a dos recursos, tem a vantagem de incluir um leque mais completo do que são as condições necessárias para o desenvolvimento humano. Com sublinha o autor, “um enfoque sobre as necessidades básicas concentra-se nas condições sem as quais os seres humanos não podem sobreviver, evitar a miséria, relacionar-se com outras pessoas e evitar o isolamento” (Allardt, 1993:127).

O tipo de necessidades básicas incluídas vai além das necessidades materiais, chamando a atenção para o facto de necessidades materiais e não materiais serem consideradas num sistema de indicadores desenhado para captar os níveis efectivos de bem-estar numa sociedade. A tipologia de necessidades que propõe reflecte, justamente, esta preocupação pelo entendimento da qualidade de vida de uma forma alargada e integrada que inclui as condições consideradas necessárias e centrais para o desenvolvimento e existência humanos. Assim, a sua tipologia define três níveis de necessidades todos aferidos por indicadores objectivos e subjectivos:

- 1) Nível material (*having*) que inclui as condições materiais necessárias para assegurar a sobrevivência e evitar a privação. Tais necessidades têm a ver, por um lado, com as condições de nutrição, de protecção contra doenças, etc, por outro, com a qualidade ambiental (incluindo as condições

de protecção contra as adversidades climáticas)²¹. As primeiras podem ser medidas através de indicadores como os recursos económicos, as condições da habitação, o emprego, as condições de trabalho, a saúde, a educação²², enquanto as segundas medem a qualidade do ar, água e solos.

- 2) Nível socio-afectivo (*loving*) que se refere às necessidades de relacionamento e de constituição de identidades pessoais e sociais e que podem ser aferidas por indicadores como o tipo de relações de amizade, de trabalho e parentesco, os níveis de participação na comunidade local, a importância da família, os sentimentos de pertença, etc.²³
- 3) Nível de desenvolvimento pessoal (*being*) que diz respeito à necessidade de integração na sociedade e de viver em harmonia com a natureza, podendo ser medida pelo grau de participação versus grau de isolamento. Assim, indicadores como o grau de participação nas decisões e actividades que afectam a vida dos indivíduos, como as actividades políticas ou a participação na vida comunitária, as oportunidades de realização no trabalho ou de desfrutar da natureza, através de actividades recreativas, demonstram dimensões importantes na determinação da qualidade de vida que os cidadãos têm dentro de uma sociedade.

Outra diferença fundamental face à perspectiva sueca de medição do nível de vida reside na escolha do tipo de indicadores. Face ao dilema da opção entre indicadores objectivos (elaborados por peritos e investigadores com base no que pensam ser necessário ou desejado pelas pessoas) e subjectivos (baseados na medição de atitudes), a de-

²⁰ Este tipo de estudos sobre as necessidades, nomeadamente, numa lógica comparativa internacional são bastante mais antigos e tradicionais nas instâncias internacionais como Banco Mundial, Unesco, Conselho da Europa tendo sido desenvolvidos pelo menos desde os anos 50.

²¹ Allardt, constatando que esta tem sido uma questão desvalorizada ou mesmo omitida na medição das condições de vida, evidencia a importância da dimensão ambiental sobretudo pela forma como pode afectar a qualidade de vida das pessoas, para o que é necessário monitorizar a qualidade do ar, da água e dos solos e determinar os seus principais poluentes.

²² O autor chama a atenção para o facto de estes indicadores estarem adaptados ao modelo de desenvolvimento escandinavo. Noutros países em que o problema da mera disponibilidade de alimentos, água e habitação não se coloca, o tipo de indicadores para descrever as condições sociais seria forçosamente outro. (Cfr. Allardt, 1993, p. 128)

²³ Refira-se que Allardt não, encontra neste estudo, correlações entre o nível económico e a intensidade das relações sociais, mas coloca como hipótese fortemente provável que em contextos mais desfavorecidos, quando as condições materiais se situem abaixo de um determinado nível, as relações de sociabilidade e de solidariedade sejam afectadas.

cisão recaiu na utilização de ambos por se considerar importante quer descrever as condições em que são satisfeitas as necessidades, quer a respectiva avaliação por parte dos cidadãos, evitando assim, no entendimento do autor, o risco de não medir o que é considerado verdadeiramente importante para as pessoas, a “variação na habilidade para expressar a satisfação e o descontentamento” ou ainda a dificuldade das “pessoas menos privilegiadas em expressar inteligivelmente os seus receios”²⁴ (Allardt, 1993:131).

Deste modo, propõe-se uma tipologia, que a seguir se apresenta, de indicadores objectivos e subjectivos para os três níveis de análise: Ter, Amar e Ser.

da que num quadro de constrangimentos; a segunda baseia-se numa avaliação de resultados obtidos. Como bem demonstra Johanson (2001), a diferença entre o bem-estar concebido como satisfação de necessidades ou como domínio sobre os recursos resulta melhor demonstrada quando consideramos o comportamento individual como “acções deliberadas numa perspectiva temporal”: “Num caso, são os resultados das acções individuais o que é designado como bem-estar e que são medidos de uma forma inter-subjectivamente comparada (...). No segundo caso, é a oportunidade de escolha para a acção dos indivíduos que é considerado como bem-estar(...). Tomando um termo da literatura económica, pode-se dizer que o bem-es-

Quadro 2 – Tipologia de indicadores no estudo escandinavo sobre qualidade de vida

TER (necessidade materiais e imensoais)	Indicadores Objectivos Medidas objectivas do nível de vida e das condições ambientais	Indicadores Subjectivos ²⁵ Sentimentos subjectivos de insatisfação/ /satisfação com as condições de vida
AMAR (necessidades sociais)	Medidas objectivas das relações com outra pessoas	Sentimentos de infelicidade/felicidade nas relações sociais
SER (necessidades de desenvolvimento pessoal)	Medidas objectivas da relação das pessoas com a) a sociedade; b) a natureza	Sentimentos subjectivos de isolamento/desenvolvimento pessoal

Fonte: Allardt, 1993:133

Para além das diferenças de conteúdo e de postura metodológica, é importante salientar que as duas abordagens que temos vindo a comparar se situam em campos opostos numa das divisões tradicionais na literatura sobre qualidade de vida: a perspectiva dos meios, onde podemos situar as pesquisas suecas sobre o nível de vida e também a abordagem das capacidades de Sen e a dos fins onde cabem os estudos comparativos escandinavos de Allardt e, em geral, as teorias das necessidades.

A primeira dirige fundamentalmente a atenção para os recursos e requisitos que os indivíduos possuem ou podem obter, através dos quais satisfazem as suas necessidades ou preferências, enquanto a segunda procura entender o actual grau de realização e preenchimento dessas necessidades e preferências. A primeira é frequentemente identificada como uma avaliação das oportunidades ou das escolhas que os indivíduos dispõem ain-

tar é julgado no primeiro caso *ex post* e no segundo *ex ante*” (Johanson, 2001:12).

Ainda que, como vimos, ambas as perspectivas contenham um crítica implícita aos modelos económicos de medição do bem-estar, uma e outra perspectiva foram utilizadas na teoria económica da utilidade. Contudo, quer a abordagem do nível de vida de Erikson, quer a abordagem das capacidades de Sen ou a teoria das necessidades de Allardt representam um valor acrescentado face aos modelos tradicionais económicos baseados nas medidas do rendimento e do consumo pessoal que presumem a cadeia: Preferências e Recursos – Rendimento – Escolha – Consumo – Realização de Preferências – Satisfação. Em primeiro lugar, como vimos, porque destacam a importância de outras dimensões que não as materiais, não dependentes nem realizáveis no “mercado” (como as necessidades de pertença ou relações sociais), se-

²⁴ O dilema é ainda agravado, na opinião do autor, pela constatação de que, na maioria dos ambientes estudados, a relação entre as condições objectivas e as atitudes ou percepções subjectivas é surpreendentemente débil. (Allardt, 1993, p. 132)

gundo, porque demonstram que o mesmo volume de rendimentos pode não se concretizar no mesmo tipo de consumo, o que significa chamar a atenção para um conjunto de variáveis intervenientes nos processos de escolha que dizem respeito quer a oportunidades/constrangimentos de vária ordem, quer a processos sociais e psicológicos que enformam as escolhas dos indivíduos.

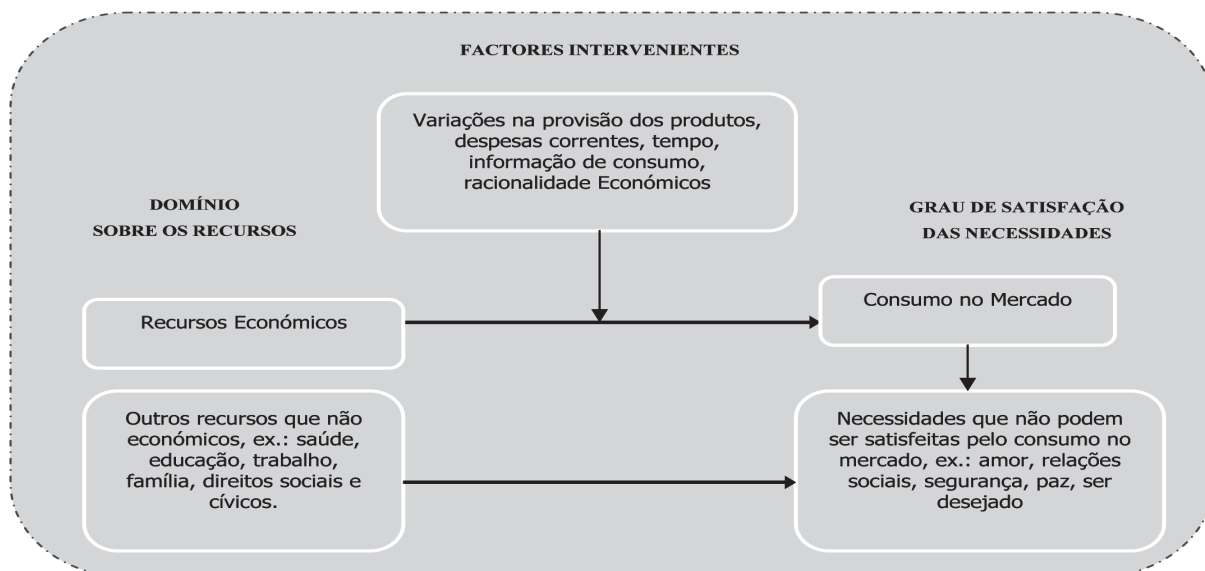
A figura que a seguir se apresenta de Johansson (2001) resume bem quer a diferença entre uma abordagem dos recursos e das necessidades, quer como ambas ultrapassam os modelos mais económicos de concepção da qualidade de vida.

das várias áreas disciplinares que a ela lhe dedicaram atenção.

Contudo, a partir da década de 90, as questões relacionadas com a qualidade de vida ressurgiram ligadas a um novo contexto fruto de outras transformações sociais, mantendo, no entanto, as mesmas preocupações de conhecer e medir as tendências e as dinâmicas sociais e económicas que marcam este novo contexto com o intuito de preparar e recolher instrumentos de apoio ao planeamento e decisão de políticas públicas.

Processos como os que têm vindo a marcar os contextos sociais actuais como o aumento da ex-

Fig. 3 - Qualidade de Vida como domínio sobre os recursos ou como grau de satisfação das necessidades



Fonte: Johansson, S., 2001:10

Em Jeito de Conclusão, um Desafio: Ressurgimento da Problemática da Qualidade de Vida – Qualidade de Vida dos Indivíduos ou das Sociedades?

Se a emergência da problemática da qualidade de vida se faz num contexto de crítica aos efeitos perversos de um modelo de crescimento económico que confunde crescimento e desenvolvimento, chamando a atenção para importância da qualidade além da quantidade e para a complexidade de dimensões e de factores que afectam o bem-estar e a qualidade de vida, esta problemática perdeu, ao longo dos anos 80, centralidade quer enquanto preocupação política, quer enquanto objecto

clusão social, dos índices de desigualdade (de que a persistência de altas taxas de desemprego é apenas uma das dimensões), as alterações demográficas como a quebra da natalidade, as transformações na família, o envelhecimento da população ou a mudança dos papéis entre os géneros, a degradação ambiental, etc., combinam-se com novos desafios como a consolidação de uma “sociedade do conhecimento” baseada na valorização de competências cada vez mais qualificadas, a necessidade de assegurar altos níveis de protecção social, de promover condições de saúde, reforçar os laços familiares, as relações sociais e a participação política e cívica, assegurar a sustentabilidade económica e ambiental, para recolocar no centro das pre-

ocupações e dos debates, de novo, a questão da qualidade de vida.

Trevor recenseia os seguintes factores como estando na base do renovado interesse pelo tema da qualidade de vida reveladores das preocupações actuais quanto ao que devem ser as tendências de desenvolvimento societal:

- 1) o reconhecimento de que o desenvolvimento não é apenas económico, mas também social e, mais recentemente, humano;
- 2) o reconhecimento, mesmo por parte do movimento ambiental, que o desenvolvimento, além de ambientalmente sustentável, tem que ser socialmente sustentável e contribuir para a qualidade de vida;
- 3) um interesse pela “habitabilidade” (*livability*) sobretudo das cidades reflectido em vários estudos que tentam medir e comparar o grau de habitabilidade das cidades o que pode estar relacionado com a preocupação pelo impacto da urbanização e da explosão suburbana na qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades;
- 4) o reconhecimento que não é tão importante a duração da vida (quantidade), mas a qualidade dessa vida. No campo da saúde, esta preocupação levou ao desenvolvimento de indicadores (como a esperança de vida sem disfuncionalidades) que combinam tempo e qualidade de vida (Trevor, 2000:1)

Como sublinha Berger-Schmith (2000), “o conceito de qualidade vida substituiu a ideia da riqueza como o objectivo dominante do desenvolvimento societal. A noção abrangente e multidimensional de qualidade de vida alargou a perspectiva do desenvolvimento societal levando a considerar não apenas os aspectos económicos, mas também as preocupações sociais e ecológicas. Hoje, o conceito de qualidade de vida constitui provavelmente o enquadramento teórico mais proeminente e mais largamente utilizado para avaliar as condições de vida numa sociedade” (2000:2).

A combinação entre transformações societais e metas de desenvolvimento, social e politicamente definidas, conduz a que a própria qualidade de vida seja, hoje, um objectivo societal global que orienta as políticas nacionais e internacionais ao mesmo tempo que justifica a proliferação de programas de informação social (*social reporting*) e

actividades de monitorização da qualidade de vida. No contexto europeu, os processos e as dinâmicas de transformação que afectam hoje as sociedades fazem reorientar a agenda social e política europeia em torno da “qualidade” das sociedades, o que significa investir no combate à exclusão social e promover a coesão social, aumentar a igualdade de oportunidades, diminuir as assimetrias, garantir a sustentabilidade e alargar os padrões de qualidade de vida dos cidadãos.

Em termos conceptuais e de operacionalização, estes processos de transformação reorientadores das preocupações e das políticas europeias traduzem-se, em primeiro lugar, na emergência de conceitos relacionados com o de qualidade de vida como o de exclusão social, coesão social, capital social, sustentabilidade, desenvolvimento humano, qualidade social, etc. que acabam por consolidar uma noção ainda mais alargada de qualidade de vida, na medida em que traduzem aspectos das sociedades susceptíveis de influenciarem a qualidade de vida dos cidadãos. Do ponto de vista conceptual, a ideia fundamental associada a estes conceitos por relação ao de qualidade de vida é que, tendo em conta os vários modelos de abordagem da qualidade de vida, quer na sua definição, quer nas formas de operacionalização, a sua característica comum reside no facto de se basearem numa noção de qualidade de vida que enfoca as características dos indivíduos ou dos grupos, enquanto os conceitos mais recentes se referem à qualidade das sociedades ou a qualidades societais. De resto, é o que enfatiza Berger-Schmith, quando diz que “em oposição a esta perspectiva do desenvolvimento societal centrada no indivíduo, outros conceitos de bem-estar emergiram durante os últimos 10/15 anos que colocam a ênfase em aspectos que dizem respeito a qualidades societais como o grau de equidade, segurança ou liberdade ou a qualidade da estrutura das relações sociais dentro de uma sociedade. Entre estes conceitos de bem-estar referindo-se a características das sociedades, estão, por exemplo, conceitos como ‘sustentabilidade’, ‘qualidade social’ ou ‘coesão social’” (2000:2).

Sem que a emergência destes conceitos instale uma dicotomia entre a qualidade de vida dos indivíduos e a qualidade das sociedades, podem ser considerados como conceitos que dão conta dos elementos contextuais que a um nível macro circunscrevem o conjunto de oportunidades e cons-

transgimentos onde decorre a vida dos indivíduos. Fahey *et al.* (2003) sublinham, justamente, a importância de ter em conta que os esforços dos indivíduos para atingirem os seus propósitos pessoais decorrem num contexto social, económico e cultural específico. Neste sentido, os recursos colectivos e a natureza da sociedade onde vivemos desempenham um papel crucial influenciando a qualidade de vida individual. As características culturais e institucionais, o nível de recursos/constrangimentos económicos em termos de provisão pública de serviços, a qualidade da educação, dos cuidados de saúde, da habitação, os serviços sociais disponíveis bem como o grau de acesso a estes bens e serviços devem ser vistos como fundamentais para a qualidade de vida experienciada pelos cidadãos de qualquer país. Outro aspecto contextual a ter em conta, na opinião dos autores, diz respeito ao grau e à natureza das interconexões sociais a um nível comunitário ou ao nível da sociedade. O conceito de coesão social e o mais recente conceito de capital social exprimem a importância que desempenham os níveis de confiança e cooperação numa sociedade, suportando a qualidade de vida individual.

Mas em segundo lugar, estas dinâmicas de transformação têm dado origem a programas e actividades de monitorização das condições e da qualidade de vida quer dos indivíduos quer das sociedades com o objectivo não só de procurar conhecer as tendências fundamentais, como de investigar os respectivos processos causais com base no que são os objectivos societais globais definidos pelas políticas europeias²⁵. Este triângulo – transformações societais/metabolismo de desenvolvimento/políticas públicas – é particularmente evidente no

contexto europeu onde a preocupação inicial pela criação de um espaço livre de circulação de bens, serviços, capital e pessoas que claramente coloca uma ênfase especial no crescimento económico, deu lugar a um crescente interesse pela política social e a um reconhecimento do papel estratégico que esta pode assumir face aos novos desafios colocados.

Os resultados destes esforços tem sido a proliferação de um conjunto de informação contida em relatórios regulares de programas de monitorização que produzem sistemas de indicadores sociais nas áreas do emprego, da qualidade do trabalho, da inovação, da performance económica, da pobreza e da coesão social, da igualdade de oportunidades (sobretudo entre os géneros), do ambiente, dos cuidados de saúde, do investimento na ciência e tecnologia e da qualidade de vida.

Estamos perante um ressurgimento do papel dos sistemas de indicadores sociais como forma de: i) identificar as tendências de mudança que afectam as sociedades e, particularmente, a vida dos cidadãos; ii) produzir dados e conhecimentos necessários como suporte da acção política; iii) medir o impacto das políticas públicas nas diferentes áreas da vida e a relação causal que se estabelece entre essas várias áreas.

Contudo, e é sobretudo esta questão que cabe aqui ressaltar, a incorporação destas dimensões e destas preocupação no conceito de qualidade de vida faz com que se chegue a uma noção mais integrada, abrangente e unificadora de qualidade de vida que ultrapassa o nível da qualidade de vida individual para conter o nível das qualidades societais que influi e afecta a primeira.

²⁵ Como se pode verificar, o tipo de indicadores subjectivos escolhidos demonstra que estão incluídas quer dimensões cognitivas (expressão de satisfação/insatisfação), quer afectivas (expressão de sentimentos de felicidade/infelicidade) e, assim, aspectos quer positivos quer negativos desses julgamentos.

²⁶ A título de exemplo refiram-se os programas: “Towards a European System of Social Reporting and Welfare Measurement” um projecto TSER, financiado pela Comissão Europeia que desenvolve o subprojecto “European System of Social Indicators”, e “Monitoring Quality of Life in Europe” da European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions. Por outro lado, não apenas na Europa se assiste a este renovado interesse pela informação social e pelas actividades de monitorização das condições e da qualidade de vida. Também outros países e organizações internacionais partilham esta preocupação. Vejam-se os recentes programas da New Zealand Social Report e os Indicadores Sociais da OCDE que, desde os anos 70, como vimos, tem desenvolvido um esforço notável na construção de sistemas de indicadores sociais.